

Presidência do Governo

Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2009/A

A criação de uma rede ecológica coerente e global no espaço da União Europeia, designada Rede Natura 2000, constitui o instrumento político fundamental no que respeita à conservação da natureza e à diversidade biológica.

O Decreto-Lei n.º 226/97, de 27 de Agosto, procedeu à transposição para o direito interno a Directiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio — directiva *habitats* relativa à conservação dos *habitats* naturais e da fauna e da flora selvagens.

A aplicação da directiva *habitats* na Região Autónoma dos Açores resultou na classificação de 23 sítios de interesse comunitário.

A Resolução do Governo Regional n.º 30/98, de 5 de Fevereiro, rectificada pela Declaração n.º 12/98, de 7 de Maio, aprovou a lista nacional de sítios/Açores (1ª fase).

A Decisão da Comissão de 28 de Dezembro de 2001 adoptou a lista de sítios de importância comunitária para a região biogeográfica macaronésica, na qual constam os sítios aprovados pela Resolução do Governo Regional n.º 30/98, de 5 de Fevereiro.

A Decisão da Comissão de 25 de Janeiro de 2008 procedeu à primeira revisão da lista de sítios de importância comunitária para a região biogeográfica macaronésica, não havendo alterações em relação aos Açores.

O Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, adaptado à Região Autónoma dos Açores através do Decreto Legislativo Regional n.º 18/2002/A, de 16 de Maio, e entretanto alterado pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro, procedeu à revisão da transposição para o direito interno das directivas comunitárias relativas à conservação das aves selvagens (Directiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de Abril — directiva aves, e subsequentes alterações) e à conservação dos *habitats* naturais e da fauna e da flora selvagens (Directiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio — directiva *habitats*, e subsequentes alterações), estabelecendo os princípios e os instrumentos de gestão territorial que deverão conter as medidas de gestão e salvaguarda necessárias à garantia de conservação dos *habitats* naturais e das espécies da fauna e da flora selvagens.

Aquele diploma refere que a classificação de ZEC depende de prévia aprovação da lista de sítios de importância comunitária, pelos órgãos competentes da União Europeia, com base na lista nacional de sítios e segundo o procedimento previsto na Directiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio, e que as ZEC são sujeitas a medidas de conservação que satisfaçam as exigências ecológicas dos tipos de *habitats* naturais constantes do anexo B-I e das espécies constantes do anexo B-II presentes nos sítios.

O diploma prevê ainda que para evitar a deterioração dos *habitats* naturais e dos *habitats* de espécies, bem como as perturbações que atinjam espécies para as quais as ZEC foram designadas, na medida em que possam vir a ter um efeito significativo, atendendo aos objectivos do diploma, devem ser aprovadas as medidas adequadas, nomeadamente em matéria de ordenamento do território, gestão, avaliação de impacte ambiental e análise de incidências ambientais, vigilância e fiscalização.

Neste sentido a Região Autónoma dos Açores aprovou o Plano Sectorial da Rede Natura 2000 da Região Autónoma dos Açores através do Decreto Legislativo Regional n.º 20/2006/A, de 6 de Junho. Este Plano constitui um

documento que define o âmbito e o enquadramento legal das medidas de conservação dos *habitats* e das espécies da fauna e flora selvagens, necessárias à prossecução dos objectivos de conservação dos valores naturais existentes, tendo igualmente em linha de conta o desenvolvimento económico e social das áreas abrangidas.

Em 2004 foram ainda elaborados os Planos de Gestão da Rede Natura 2000 que contém medidas e acções de conservação adequadas para assegurar o estado de conservação favorável dos *habitats* naturais e das espécies presentes nos sítios.

A diversidade de situações resultantes da implementação da Rede Natura 2000 na Região e a necessidade de adoptar um modelo assente em critérios de gestão que uniformizem a diversidade de designações das áreas classificadas como protegidas na Região e concentrem competências numa unidade territorial de ilha enquanto unidade base de gestão, levou também à publicação do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2007/A, de 25 de Junho, que procedeu a uma reformulação do regime jurídico da classificação, gestão e administração das áreas protegidas dos Açores, revogando o Decreto Legislativo Regional n.º 21/93/A, de 23 de Dezembro, que adaptou à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei n.º 19/93, de 21 de Janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 115/2005, de 18 de Julho, e referentes à Rede Nacional de Áreas Protegidas.

Optou-se por um sistema de classificação e reclassificação de áreas protegidas assente num modelo de gestão fundamentado em tipologias de classificação e categorias adoptadas e promovidas pela The World Conservation Union (IUCN).

Os parques naturais de ilha, bem como o Parque Marinho do Arquipélago dos Açores, obrigatoriamente, dotados de um plano de ordenamento com a natureza de plano especial de ordenamento do território, constituem a unidade de gestão de base da Rede Regional de Áreas Protegidas da Região Autónoma dos Açores.

A Região Autónoma dos Açores ao tomar as medidas necessárias para satisfazer as exigências ecológicas dos *habitats* naturais do anexo I e das espécies do anexo II presentes nos sítios e cumprir o objectivo geral da directiva *habitats* de conservar ou restabelecer os *habitats* naturais e as espécies selvagens de interesse comunitário num estado de conservação favorável, tendo em conta as exigências económicas, sociais e culturais e as particularidades regionais e locais, considera que estão reunidas as condições necessárias e suficientes para a designação dos sítios de importância comunitária (SIC) como zonas especiais de conservação (ZEC).

Nos termos da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição, da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 89.º do Estatuto Político-Administrativo e do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro, o Governo Regional decreta o seguinte:

Artigo 1.º**Objecto**

O presente diploma tem por objecto a classificação dos sítios de importância comunitária (SIC) como zonas especiais de conservação (ZEC), no território da Região Autónoma dos Açores, a que se refere o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei

n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro, que constitui o anexo I ao presente diploma e que dele faz parte integrante.

Artigo 2.º

Identificação cartográfica

1 — A identificação cartográfica genérica das zonas mencionadas no artigo anterior constituem os anexos II a X ao presente diploma e que dele fazem parte integrante.

2 — O original da cartografia mencionada no número anterior encontra-se arquivado na direcção regional com competências em matéria de ambiente e na direcção de serviços com competência em matéria de conservação da natureza, à escala de 1:25 000, com identificação individual de cada uma das zonas que constam da lista anexa ao presente diploma.

Artigo 3.º

Zonas especiais de conservação

Para que seja garantida a conservação dos *habitats* e das populações de espécies em função das quais as zonas foram classificadas, às ZEC é aplicável, além do regime legal de protecção estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro, o regime previsto no Plano Sectorial da Rede Natura 2000, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2006/A, de 6 de Junho, assim como o regime da Rede Regional de Áreas Protegidas, instituído pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2007/A, de 25 de Junho.

Aprovado em Conselho do Governo Regional, na Madalena, Pico, em 6 de Maio de 2009.

O Presidente do Governo Regional, *Carlos Manuel Martins do Vale César*.

Assinado em Angra do Heroísmo em 21 de Maio de 2009.

Publique-se.

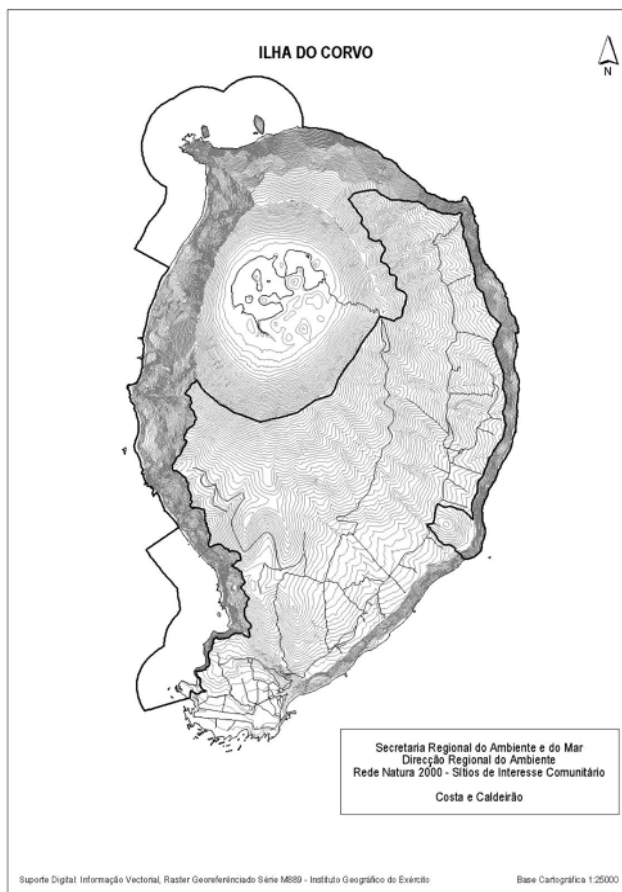
O Representante da República para a Região Autónoma dos Açores, *José António Mesquita*.

ANEXO I

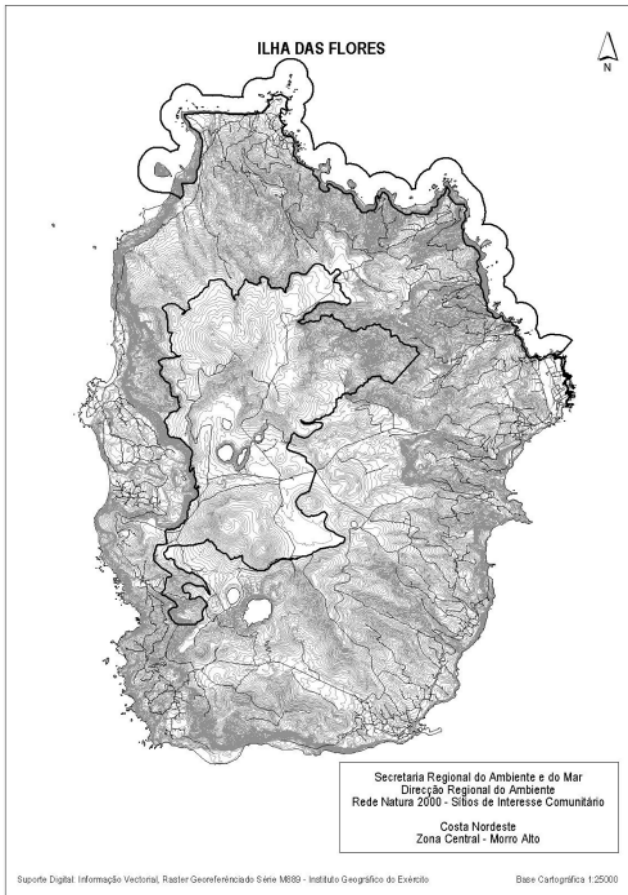
Código ZEC	Denominação da ZEC	Superfície da ZEC (hectares)	Coordenadas geográficas da ZEC	
			Latitude	Longitude
PTCOR0001	Costa e Caldeirão — ilha do Corvo	972,80	N 39 42 00	W 31 06 00
PTFLO0002	Zona Central — Morro Alto — ilha das Flores	2 931,09	N 39 27 00	W 31 13 00
PTFLO0003	Costa Nordeste — ilha das Flores	1 250,76	N 39 30 00	W 31 10 00
PTFAI0004	Caldeira e Capelinhos — ilha do Faial	2 086,22	N 38 35 00	W 28 45 00
PTFAI0005	Monte da Guia — ilha do Faial	383,16	N 38 31 15	W 28 37 21
PTFAI0006	Ponta do Varadouro — ilha do Faial	17,61	N 38 34 00	W 28 47 00
PTFAI0007	Morro de Castelo Branco — ilha do Faial	126,42	N 38 31 21	W 28 45 15
PTPIC0008	Baixa do Sul (canal do Faial)	50,06	N 38 30 55	W 28 35 24

Código ZEC	Denominação da ZEC	Superfície da ZEC (hectares)	Coordenadas geográficas da ZEC	
			Latitude	Longitude
PTPIC0009	Montanha do Pico, Prainha e Caveiro — ilha do Pico.	8 462,65	N 38 28 30	W 28 17 30
PTPIC0010	Ponta da ilha do Pico	398,29	N 38 25 00	W 28 02 00
PTPIC0011	Lajes do Pico — ilha do Pico.	142,71	N 38 23 25	W 28 15 22
PTPIC0012	Ilhéus da Madalena — ilha do Pico.	143,21	N 38 32 00	W 28 32 50
PTJOR0013	Ponta dos Rosais — ilha de São Jorge.	306,90	N 38 45 12	W 28 18 36
PTJOR0014	Costa NE e Ponta do Topo — ilha de São Jorge.	3 965,08	N 38 35 00	W 27 51 00
PTGRA0015	Ilhéu de Baixo — Restinga — ilha Graciosa.	243,67	N 39 00 50	W 27 57 00
PTGRA0016	Ponta Branca — ilha Graciosa.	68,64	N 39 01 53	W 28 02 23
PTTER0017	Serra de Santa Bárbara e Pico Alto — ilha Terceira.	4 730,93	N 38 44 00	W 27 17 31
PTTER0018	Costa das Quatro Ribeiras — ilha Terceira.	267,63	N 38 48 00	W 27 12 06
PTMIG0019	Lagoa do Fogo — ilha de São Miguel.	1 262,61	N 37 46 00	W 25 28 00
PTMIG0020	Caloura — Ponta da Galeria — ilha de São Miguel.	199,59	N 37 42 30	W 25 30 30
PTMIG0021	Banco D. João de Castro (canal Terceira-São Miguel)	1 648,34	N 38 13 55	W 26 36 30
PTSMA0022	Ponta do Castelo — ilha de Santa Maria.	316,60	N 36 55 47	W 25 23 00
PTSMA0023	Ilhéu das Formigas e recife Dollabarat (canal São Miguel-Santa Maria).	3 594	N 37 15 00	W 25 45 00

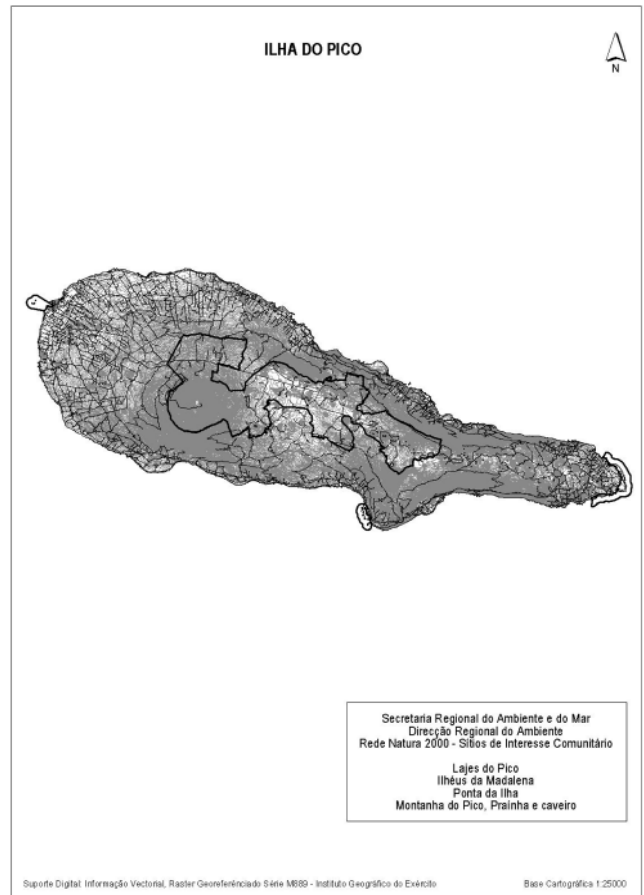
ANEXO II



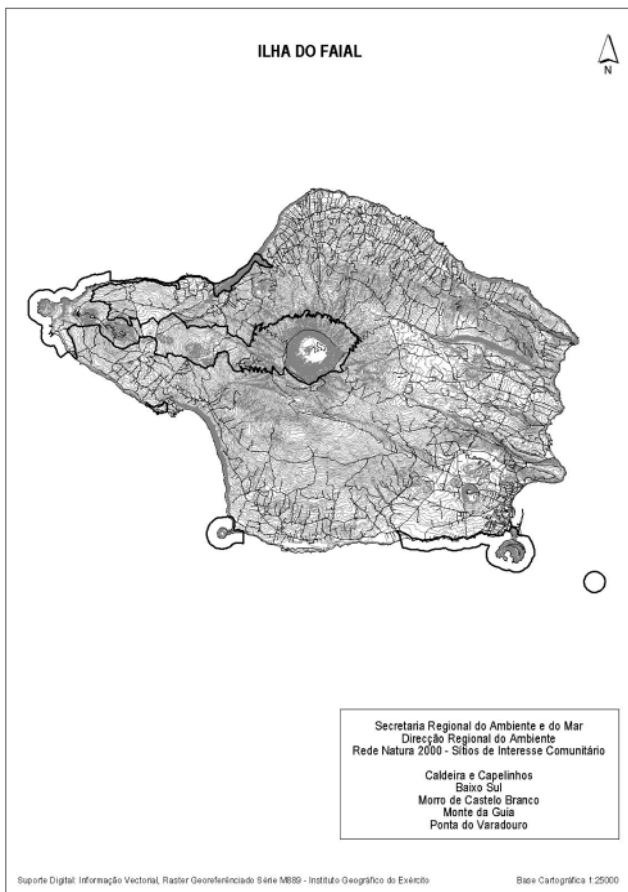
ANEXO III



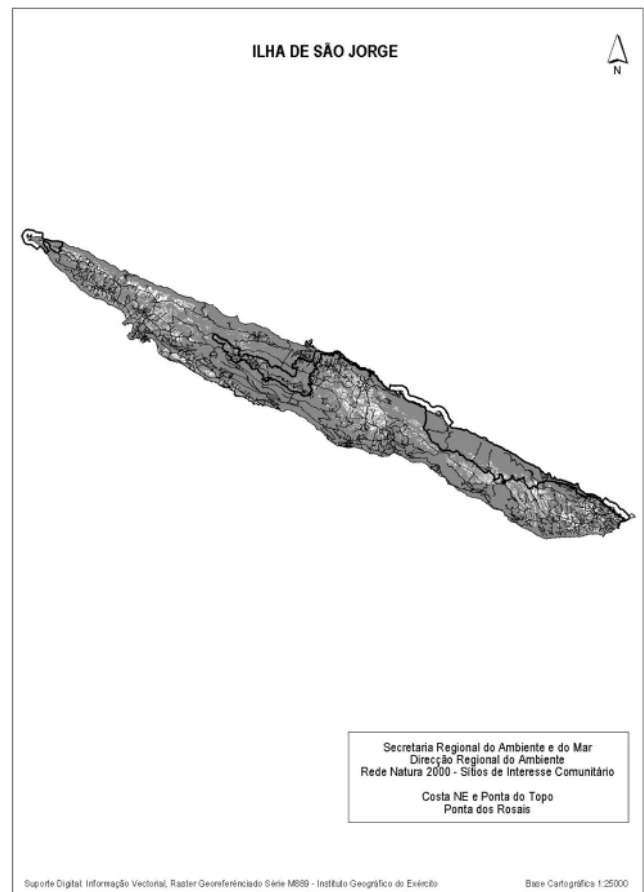
ANEXO V



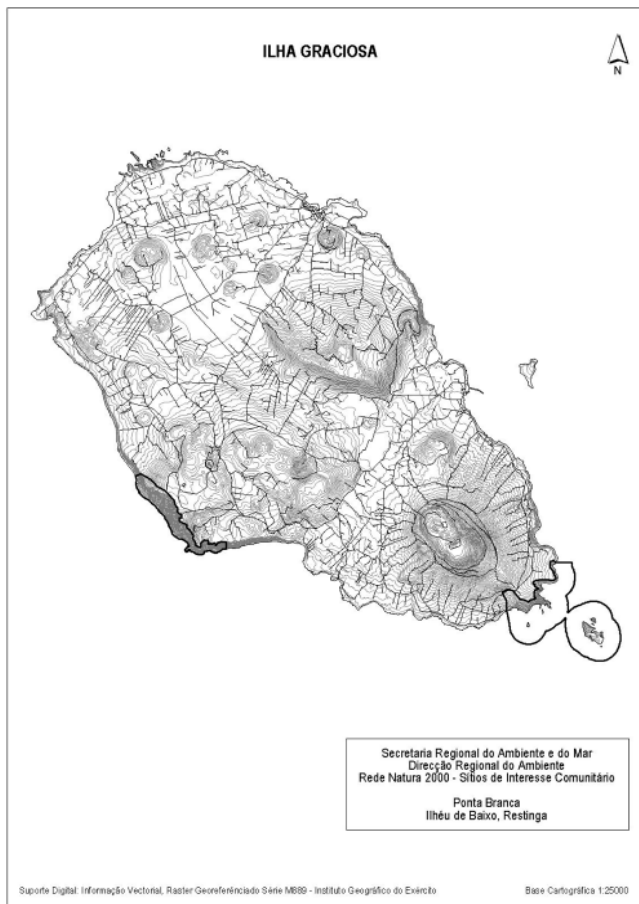
ANEXO IV



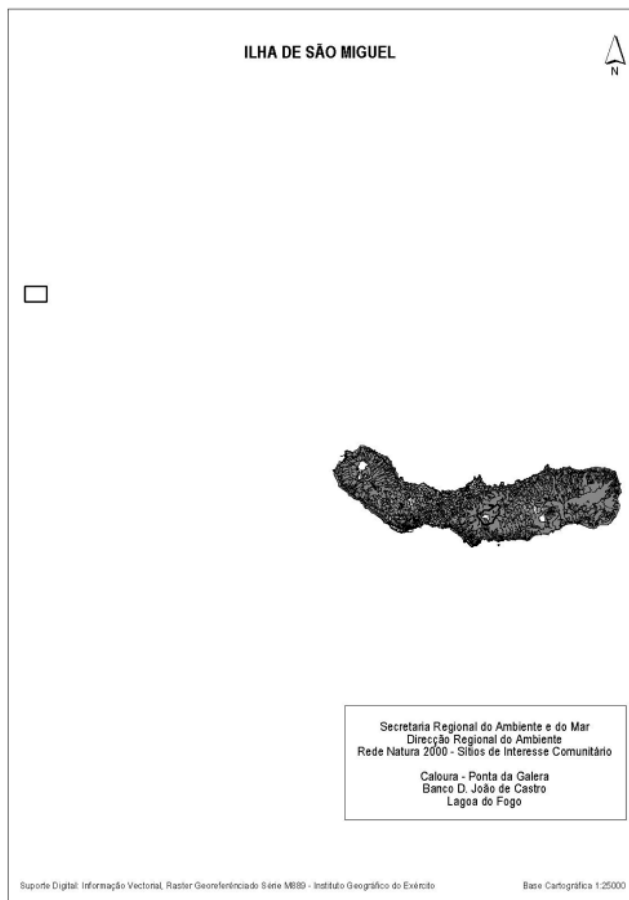
ANEXO VI



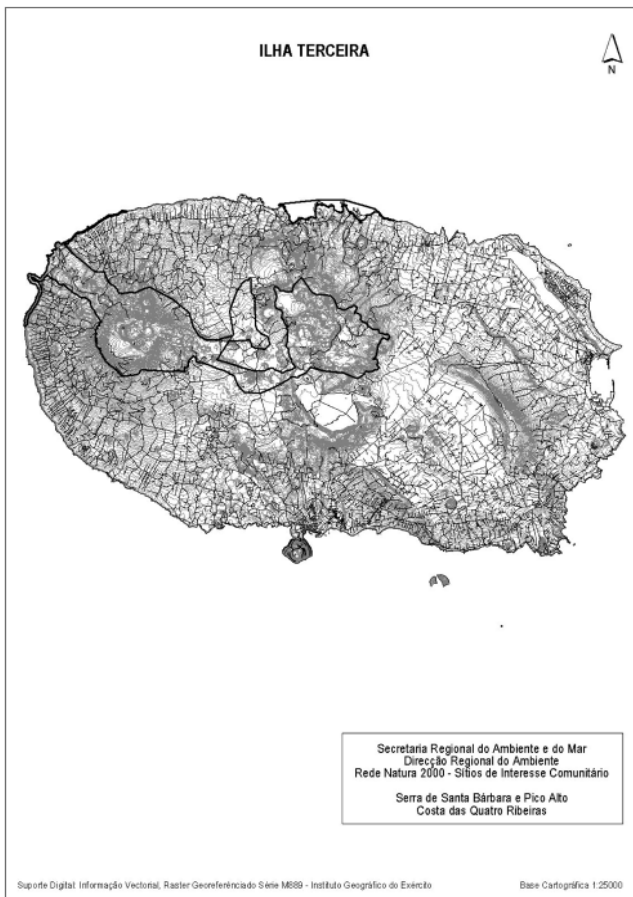
ANEXO VII



ANEXO IX



ANEXO VIII



ANEXO X

